

Editorial

PREZADO LEITOR,

A disseminação do conhecimento é um dos pilares que sustentam o progresso da sociedade. Desde 1995, este periódico cumpre tal papel. Os diversos temas e áreas que compõem o universo da deficiência visual foram e são analisados por teóricos e pesquisadores que veem, nesse assunto, uma fonte inesgotável de informações e um ponto de relevante contribuição para aqueles que atuam ou pretendem atuar junto a pessoas cegas ou com baixa visão. Educação, psicologia, oftalmologia, cultura e lazer mesclaram-se durante tantos anos, construindo uma publicação que busca estar em consonância com o pensamento contemporâneo dos profissionais que formulam os conceitos e embasam o trabalho que deve, cada vez mais, tornar-se consciente e consequente, trazendo luz às discussões, trazendo saídas a diversos impasses, trazendo a melhoria da qualidade da educação, da saúde, das relações interpessoais e sociais da pessoa com deficiência visual do nosso País. Mais uma vez, estamos diante da diversidade de abordagens do nº 48 da revista Benjamin Constant.

Temos como primeiro artigo "A sociedade e a cegueira: discriminação e exclusão". João Roberto Franco e Fátima Elisabeth Denari, autores da pesquisa, trazem à tona um problema bastante sério que precisa ser aprofundado por todos: a exclusão dentro do discurso da inclusão. Os indivíduos que perderam a visão são discriminados e, mais uma vez, postos de lado por uma sociedade que ainda pugna por padrões previamente estabelecidos. Vale a pena ler com atenção.

"Avaliação da acuidade visual em escolares do ensino fundamental da rede pública de Volta Redonda/RJ, entre 2004 e 2008" é o título do segundo artigo deste número. A saúde ocular é uma preocupação que deve estar na pauta de qualquer sistema educacional. Os distúrbios ópticos precisam ser detectados e avaliados a fim de que o aluno tenha sua caminhada educativa sem tropeços ou rótulos danosos. O presente trabalho servirá como uma grande colaboração aos profissionais docentes. O conhecimento da acuidade visual da criança propiciará ao professor maiores condições de executar seu trabalho, e essa criança será beneficiada por esse procedimento. Luiz Gustavo Abranches Werneck Pereira, Elba Christina Ferrão e Miguel Allemann Zaidan levantam dados importantes que demonstram a linha de conduta que deve ser seguida pelas Secretarias de Educação.

Ana Paula Souza Almeida, Geysa Maria Carvalho da Silva e Sara de Paula Sacramento Doria partiram de sua experiência nas bibliotecas do Instituto Benjamin Constant para demonstrar a importância da informação na trajetória do conhecimento das pessoas com deficiência visual. A informação é, hoje, uma das ferramentas mais importantes e eficazes na consecução de objetivos acadêmicos e profissionais. Vemos no artigo "Disseminação da informação para os deficientes visuais: princípios que fazem a diferença" a relevância desse trabalho.

Como relato de caso, fica à disposição dos leitores o trabalho: "Prática de ensino em Geografia no contexto do curso de qualificação de professores na área da deficiência visual". É importante ressaltar que esse assunto é de suma validade. A prática de ensino é a base que há de instrumentalizar o professor para a construção do conhecimento do seu aluno. A Geografia, juntamente com outras disciplinas das áreas científicas e exatas, necessita de

recursos didáticos específicos e bastante significativos. Esse trabalho ressalta tal procedimento e, principalmente, o cuidado que se deve conferir à transmissão de conteúdos direcionados a pessoas cegas e mesmo com baixa visão. Ana Cristina Felipe Miotto, Diones Carlos de Souza Almeida e Luciana Maria Santos de Arruda deixam a abertura de um caminho para os professores dessa área.

Esperamos que nossa revista continue a acompanhar profissionais responsáveis e conscientes do seu papel junto ao segmento das pessoas com deficiência visual no Brasil.

Maria Odete Santos Duarte
Diretora-Geral do IBC

ISSN 1414-6339